



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 9.0009/2026
EDITAL Nº 136/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.206/2026

REGIDO PELAS LEIS Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 14.249 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12/2023, LEIS MUNICIPAIS 2636/2015, 2698/2015, 3231/2018 E 1940/2021 NO QUE COUBER, E DEMAIS NORMAS PERTINENTES E PELAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELO PRESENTE EDITAL.

OBJETO: CONCESSÃO DE ESPAÇO(S) DENOMINADO(S) QUIOSQUE(S), NAS DEPENDÊNCIAS DA PRAÇA DO CAFÉ, NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, EM OBSERVÂNCIA A LEI MUNICIPAL 2.854/2016 E DECRETO 11.397/2016.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/07/2026 às 09h00min (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: () Menor Preço () Maior Desconto **(X) Melhor Técnica** () Técnica e Preço

MODO DA DISPUTA: Fechado

PLATAFORMA: COMPRAS.GOV - <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

UASG: 987623

ESCLARECIMENTOS:

a) Quanto ao Edital:

Setor de Licitações

E-mail: licitacoes@ivaipora.pr.gov.br

Telefone: (43) 3471-1950

b) Quanto ao Objeto:

Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

E-mail: industriaecomercio@ivaipora.pr.gov.br

Telefone: (43) 3471-1950

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o(a) **MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ**, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, em sessão pública a ser realizada na Plataforma COMPRASGOV, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal 14.249 de 2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

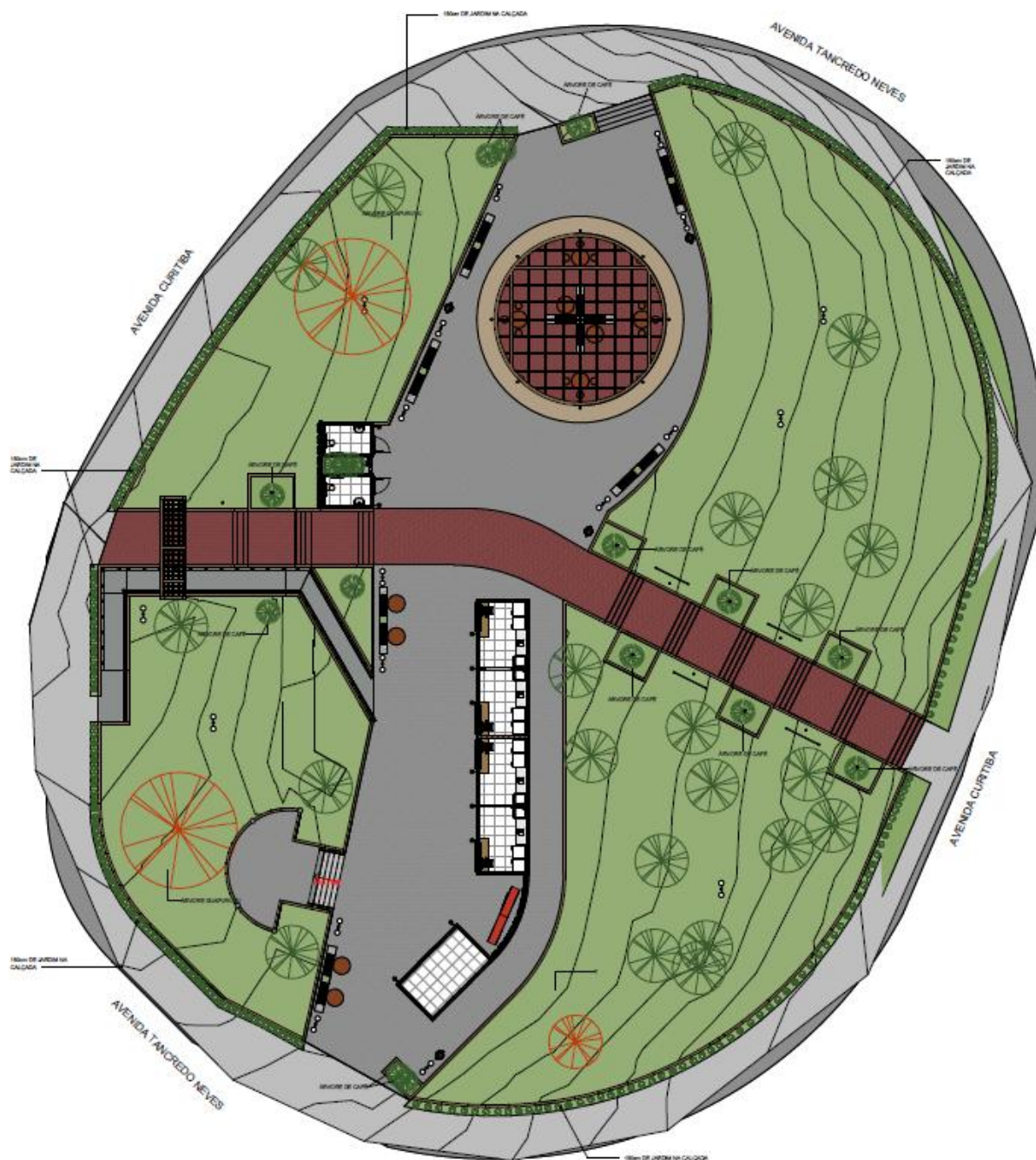
1.2. O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de IVAIPORÃ, através do **Portal de Transparências do Município**: <https://ivaipora.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>, na Plataforma de Licitações **COMPRASGOV**: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e **PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas**: <https://www.gov.br/pncp>, a partir da data de sua publicação.

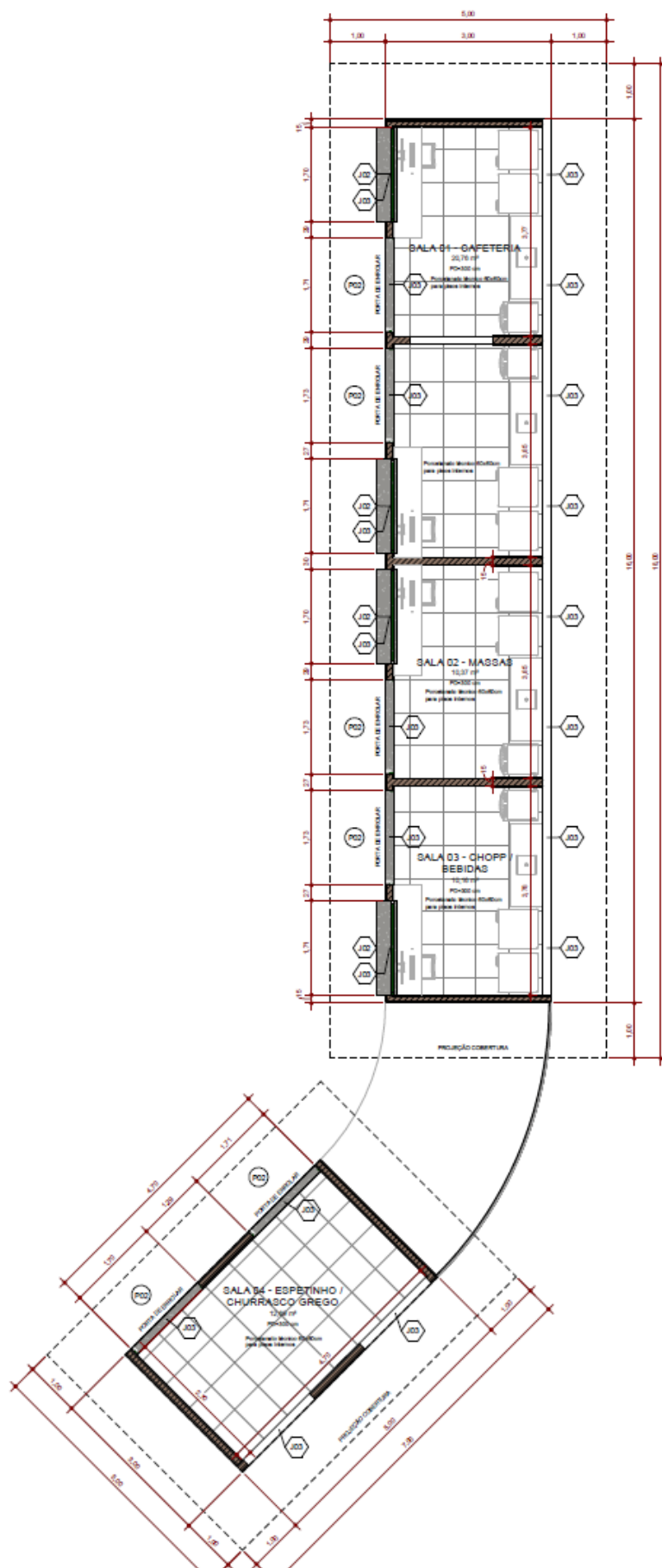
2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é: a **CONCESSÃO DE ESPAÇO(S) DENOMINADO(S) QUIOSQUE(S), NAS DEPENDÊNCIAS DA PRAÇA DO CAFÉ, NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, EM OBSERVÂNCIA A LEI MUNICIPAL 2.854/2016 E DECRETO 11.397/2016**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1.1. Fica estabelecido que a presente concessão abrange os seguintes espaços, pertencente ao município:

Item	Descrição	Aluguel Mensal (Fixo)	Total (24 meses)
01	QUIOSQUE nº 01 - em alvenaria, duplo. Localizado na Praça do Café. Com a finalidade de Cafeteria/Padaria – 20,76 m ²	<u>R\$ 1.200,00</u>	<u>R\$ 28.800,00</u>
02	QUIOSQUE nº 02 - em alvenaria, simples. Localizado na Praça do Café. Com a finalidade de Massas – 10,37 m ²	<u>R\$ 800,00</u>	<u>R\$ 19.200,00</u>
03	QUIOSQUE nº 03 - em alvenaria, simples. Localizado na Praça do Café. Com a finalidade de Bebidas/Chopp – 10,26 m ²	<u>R\$ 800,00</u>	<u>R\$ 19.200,00</u>
04	QUIOSQUE nº 04 - em alvenaria, simples. Localizado na Praça do Café. Com a finalidade de Espetinho/Churrasco Grego – 12,69 m ²	<u>R\$ 800,00</u>	<u>R\$ 19.200,00</u>





Prazo da Concessão: 24 (vinte e quatro) meses;

O objeto será executado em conformidade com as especificações contidas no ETP, Termo de Referência, Mapas e documentos complementares, VINCULADOS a este edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ivaiporã responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Se for o caso, para os itens **xxx, xxx, xxx**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá à fase de apresentação das propostas técnicas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta técnica, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) Condições de participação.

a.1) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

a.2) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo

b) Declarações para fins de habilitação

b.1) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

c.1) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante

c.2) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.4.1. caso haja item(ns) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de julgamento das propostas técnicas.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante informações a serem preenchidas conforme **ANEXO V**.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. A participação no certame importará na aquiescência formal, tácita e incondicionada da empresa a todos os termos contidos nesta solicitação, seus respectivos anexos, bem como às normas legais vigentes;

5.4. As despesas com consumo de energia elétrica, água potável e demais custos de manutenção do imóvel objeto do presente incentivo industrial, será portada exclusivamente pela licitante vencedora, sem direito, em hipótese alguma a ressarcimento.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O modo de disputa adotado será o FECHADO, no qual as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para seu julgamento, segundo art. 56, Inc II da Lei 14.133/2021 e Art. 21 da IN SEGES/MGI nº 12/2023.

6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

6.1.2. Após iniciada a Sessão pública, o Agente de Contratação informará no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de melhor técnica, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento (art. 22 da IN SEGES/MGI nº 12/2023).

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que apresentar no critério “P1” o número igual a “0” (zero).

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da sessão pública, e persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora licitação, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. O Julgamento desta licitação será feito pelo critério de melhor técnica, observadas todas as demais condições contidas neste edital, na forma da Lei 14.133/2021 e IN SEGES 12/2023.

7.2. A fase de julgamento antecederá a fase de Habilitação, onde serão analisadas as propostas técnicas, onde após a atribuição das notas lançadas no sistema, será definida a ordem de classificação.

7.3. Após a fase de julgamento das propostas será iniciada a fase de habilitação, onde será analisada toda a documentação enviada pela empresa primeira colocada.

7.4. Como critério de desempate será assegurado preferência de contratação para as ME e EPP, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

7.5. Após a abertura da sessão, o Agente de Contratação/Comissão dará início ao julgamento das propostas técnicas recebidas, conforme previsto no Art. 14 da lei 14133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.7.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.8. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.4 deste edital.

Critérios de Seleção e Avaliação

7.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão Permanente de Contratação encaminhará as propostas recebidas quanto à adequação ao objeto, à Comissão de Desenvolvimento Econômico do Município de Ivaiporã, instituída pelo Decreto nº 14.665/2025, que fará a análise, avaliação e emissão de pontuação das proponentes por meio de Parecer, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, podendo ser prorrogado por igual período, por meio de solicitação via e-mail, comunicado interno ou ofício.

7.11. O julgamento das propostas será feito pelo critério **MELHOR TÉCNICA**, conforme especificações no **TERMO DE REFERÊNCIA** e **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**, na tabela de pontuações, de acordo com as propostas apresentadas.

7.12. A proposta técnica final e projeto técnico do licitante, deverão ser enviados em uma única vez, por meio da plataforma **COMPRAS.GOV**, no momento do cadastramento das propostas.

7.13. Após o envio da documentação, e estando o Agente de Contratação/Comissão ainda analisando a documentação da empresa, poderá solicitar novos documentos complementares por meio de diligências e convocar os licitantes a enviarem a documentação via anexo, ou via e-mail, caso o sistema esteja instável ou offline, estabelecendo novo prazo.

7.14. As propostas técnicas serão avaliadas e pontuadas da seguinte forma:

TABELA DE PONTUAÇÃO

P1 – Número de pessoas que trabalharão no Quiosque diretamente - 02 (dois) pontos/trabalhador;

P2 – A apresentação do certificado de conclusão do curso de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos; - 05 (cinco) pontos.

P3 – A apresentação do Curso Básico de Combate e Prevenção a Incêndio; - 05 (cinco) pontos;

P4 – Participação como Pessoa Jurídica – 05 (cinco) pontos;

P5 – Benefícios; - 02 (dois) pontos/benefício;

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	NÚMERO	PONTOS
------	-------------------	--------	--------

P1	Número de pessoas que trabalharão no Quiosque diretamente - 02 (dois) pontos/trabalhador;		
P2	A apresentação do certificado de conclusão do curso de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos; - 05 (cinco) pontos.		
P3	A apresentação do Curso Básico de Combate e Prevenção a Incêndio; - 05 (cinco) pontos;		
P4	Participação como Pessoa Jurídica – 05 (cinco) pontos;		
P5	Benefícios; - 02 (dois) pontos/benefício;		

O Índice Técnico (IT) será calculado pela seguinte fórmula:

$$IT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5)$$

7.15. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.15.1.1. Na proposta, o critério “P1”, for igual a 0 (zero);

7.15.1.2. Documentos necessários para comprovação dos critérios de pontuação:

- a) Certificado de conclusão do curso de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos;
- b) Certificado de Curso Básico de Combate e Prevenção de Incêndio;
- c) Cartão CNPJ;

7.16. Benefícios: Vale-alimentação ou refeitório no local; Plano de saúde.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, 1, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.10. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39. §4º):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.18. Documentação Habilitação Jurídica:

8.18.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou a última alteração contratual consolidada, devidamente registrada, em se tratando de sociedades empresariais, no caso de sociedades por ações acompanhado de documento de eleição dos seus administradores;

8.18.1.2. Registro comercial, RG e CPF no caso de empresário individual;

8.18.2. Documentação Habilitação Técnica, [art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021](#)..:

8.18.2.1. Atestado/Declaração de visita, expedido pelo licitante, esta deverá ocorrer em até no máximo 24 horas antes da abertura do presente certame. A proponente, através de representante, quando da visita ao local do imóvel deve obter, por sua exclusividade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta; A empresa que não realizar a visita técnica, não poderá alegar desconhecimento das condições do local - **(Anexo III)**;

8.18.2.2. Certificado de Curso de Boas práticas de Alimentos;

8.18.2.3. Certificado de Curso Básico de Combate e Prevenção de Incêndio;

8.18.3. Documentação Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#)..

8.18.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) – Pessoa Jurídica;

8.18.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18.3.3. Cadastro de Pessoa Física (CPF) – Pessoa Física;

8.18.3.4. Regularidade perante as Fazendas Públicas:

8.1.3.3.1. Federal, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à dívida ativa da união que abrange inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS); - Pessoa Jurídica/Física;

8.1.3.3.2. Estadual, mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa de tributos estaduais, emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa; - Pessoa Jurídica/Física;

8.1.3.3.3. Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa. - Pessoa Jurídica/Física;

8.1.3.3.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRS); - Pessoa Jurídica;

8.1.3.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; - Pessoa Jurídica;

8.19. VERIFICAÇÃO E SOLICITAÇÃO DA HABILITAÇÃO:

8.19.1. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

8.19.1.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 08 é de, no máximo (02) duas horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.19.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

8.19.1.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.19.2. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

8.19.2.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

8.19.2.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao e-mail: licitacoes@ivaipora.pr.gov.br, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

8.19.3. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.0, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame (em aplicação ao entendimento esposado pelo TCU no acórdão 1211/2021);
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante

8.19.3.1. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.2.3 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.19.4. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.2.3, o Agente de Contratação/Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.19.4.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail: licitacoes@ivaipora.pr.gov.br, devendo o Agente de Contratação/Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

8.19.4.2. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.19.4.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

8.19.4.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.19.5. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

- 8.19.5.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 8.19.5.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.
- 8.19.5.3. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.
- 8.19.6.** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.19.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.19.6.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 8.19.7.** O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.
- 8.19.7.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.
- 8.19.8.** Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação/Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- 8.19.8.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:
- a) identidade dos sócios;
 - b) atuação no mesmo ramo de atividades;
 - c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
 - d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
 - e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
 - f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

8.19.8.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Agente de Contratação/Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

8.19.8.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação/Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

8.20. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.21. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.22. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.23. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.23.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado no Departamento Municipal de Obras, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.23.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.24. A habilitação será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

8.24.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítai, previstos no item 8.3., quando houver dúvida em relação

à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.25. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.25.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.26. A verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.26.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS HORAS)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

8.27. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.27.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.27.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.28. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.28.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.28.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.29. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.30. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.26.1.

8.31. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.32. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada **imediatamente**, sob pena de preclusão, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, após o ato de aceite de proposta e posteriormente, após o ato de habilitação ou inabilitação, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://ivaipora.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes> .

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *diretamente ao e-mail:* licitacoes@ivaipora.pr.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e sítio eletrônico <https://ivaipora.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes> .

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.3. ANEXO III – Declaração de Visita Técnica

12.11.4. ANEXO IV – Modelo de Apresentação da Proposta Técnica

Ivaiporã, 19 de Maio de 2026

Luiz Carlos Gil

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E APÊNDICES

1. Link para acesso ao Portal de Transparência do Município de Ivaiporã:

<https://ivaipora.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes>

2. Link para acesso ao Portal PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas:

<https://pncp.gov.br/app/editais>

ANEXO II

MINUTA – CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO Nº ____/2026

**CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSA
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
IVAIPORÃ/PR E A EMPRESA XXXX, CNPJ XXX.**

O MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, CNPJ 75.741.330/0001-37, com sede a Rua Rio Grande do Norte, nº 1000 – Centro, Ivaiporã, Estado do Paraná, neste ato representado pelo **Sr. Prefeito Municipal, LUIZ CARLOS GIL**, registro funcional Matrícula 1877, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a empresa **XXX**, inscrita no **CNPJ XXXX**, com sede na XXX, Nº XXX, CEP XX.XXX-000, neste ato representada por XXXX, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, conforme as cláusulas e condições abaixo, e em observância às disposições da **Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto nº XXXX/2025**, e demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente CONTRATO tem por objeto a **CONCESSÃO DE ESPAÇO(S) DENOMINADO(S) QUIOSQUE(S), NAS DEPENDÊNCIAS DA PRAÇA DO CAFÉ, NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, EM OBSERVÂNCIA A LEI MUNICIPAL 2.854/2016 E DECRETO 11.397/2016**, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviços, Turismo, Agronegócios, Tecnologia e Inovação, conforme Termo de Referência.

1.2 Imóvel:

Item	Descrição	Aluguel Mensal (Fixo)	Total (24 meses)
____	_____	_____	_____

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1** O Termo de Referência;
- 1.3.2** O Edital de Licitação;
- 1.3.3** A proposta do contratado;
- 1.3.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NATUREZA JURÍDICA

2.1 A outorga da presente CONCESSÃO DE USO é feita por tempo determinado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 A CONCESSÃO DE USO possui prazo determinado, **com vigência de 24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data de assinatura do presente CONTRATO, na forma do artigo 105 da Lei Federal 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 (dez) anos, se assim entender a Administração, por meio de Aditivo.

3.2 A CONCEDENTE poderá revogar este termo a qualquer tempo por razões de interesse público, sem gerar direito a indenização para a CONCESSIONÁRIA.

3.3 Se o imóvel cedido não for utilizado pela CONCESSIONÁRIA, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura deste contrato, o presente termo fica automaticamente extinto.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão e observações do objeto deste CONTRATO constam no Termo de Referência, anexo ao processo licitatório.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESTINAÇÃO

8.1 A CONCESSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusiva o bem objeto deste contrato para a exploração de atividade de **XXXXXXXXXX**.

8.2 É vedada a CONCESSIONÁRIA transferir ou ceder este contrato de CONCESSÃO de uso, bem como emprestar ou ceder, a qualquer título, no todo ou em parte, o imóvel, ficando automaticamente rescindido o presente termo contratual em caso de inobservância desta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

7.1 O CONCESSIONÁRIO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando ainda, as obrigações dispostas a seguir:

7.1.1 Encargos Financeiros e Operacionais

7.1.1.1 Efetuar o pagamento mensal da outorga da concessão, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) ou instrumento equivalente definido pelo Município;

7.1.1.2 Arcar com todas as despesas operacionais decorrentes da atividade exercida no espaço concedido;

7.1.1.3 Custear integralmente as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, água potável, telefone, internet, seguros, tributos incidentes sobre a atividade econômica, taxas, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais;

7.1.1.4 Assumir integral responsabilidade pelas despesas com pessoal necessário ao funcionamento do estabelecimento, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade subsidiária ou solidária, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2 Conservação, Manutenção e Guarda

- 7.1.2.1 Manter o imóvel em perfeito estado de conservação, uso e funcionamento;
- 7.1.2.2 Executar, às suas expensas, a manutenção preventiva e corretiva do espaço concedido;
- 7.1.2.3 Reparar integralmente quaisquer danos causados ao imóvel, aos bens públicos ou a terceiros, decorrentes de sua atuação;
- 7.1.2.4 Garantir a vigilância, guarda e segurança do espaço concedido;
- 7.1.2.5 Realizar a adequada gestão dos resíduos sólidos produzidos, observando a legislação ambiental e sanitária vigente;
- 7.1.2.6 Restituir o imóvel ao término da vigência contratual em condições adequadas de uso, mediante comprovação da quitação de todas as obrigações financeiras vinculadas à atividade;

7.1.3 Modificações no Imóvel

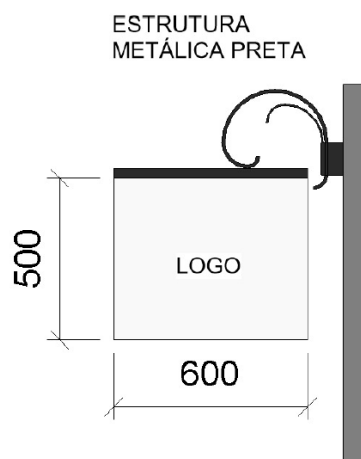
- 7.1.3.1 É vedada a realização de obras, ampliações ou modificações no imóvel sem autorização prévia e expressa do Município;
- 7.1.3.2 As benfeitorias realizadas com autorização formal incorporar-se-ão automaticamente ao patrimônio público, sem direito à indenização ou retenção, conforme disposto no Código Civil;
- 7.1.3.3 Todas as despesas decorrentes de adaptações autorizadas correrão exclusivamente por conta do Concessionário;

7.1.4 Responsabilidade Civil

- 7.1.4.1 O Concessionário responderá civil e administrativamente por danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- 7.1.4.2 Assumirá integral responsabilidade por acidentes ocorridos no espaço concedido, envolvendo usuários, empregados ou terceiros;
- 7.1.4.3 O Município não responderá, em nenhuma hipótese, por obrigações trabalhistas, fiscais, comerciais ou civis assumidas pelo Concessionário;

7.1.5 Regras de Uso do Imóvel

- 7.1.5.1 Não transferir, sublocar, ceder, emprestar ou arrendar, total ou parcialmente, o imóvel objeto da concessão sem autorização prévia e expressa do Município;
- 7.1.5.2 Solicitar junto à Secretaria Municipal competente o modelo padrão das placas de identificação da fachada. Seguindo a descrição e o modelo abaixo: Placa em ferro com arabesco decorativa personalizado, com placa 60 x 50 cm, com a cor e a marca da empresa vencedora.



- 7.1.5.3 Manter o espaço devidamente estruturado e aparelhado para a prestação dos serviços;
- 7.1.5.4 Expor tabela de preços em local visível;
- 7.1.5.5 Garantir que os funcionários mantenham boa apresentação, higiene e controle de saúde;
- 7.1.5.6 Adquirir e armazenar alimentos de forma adequada, garantindo qualidade e segurança;
- 7.1.5.7 Cumprir a Resolução nº 216/2004 da ANVISA e demais normas sanitárias aplicáveis;
- 7.1.5.8 É vedada a venda, fornecimento ou entrega de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, conforme Lei nº 13.106/2015 (art. 243);
- 7.1.5.9 Não será permitida a venda de bebidas destiladas;
- 7.1.5.10 Não serão permitidos jogos de qualquer espécie;

7.1.6 Horário de Funcionamento

- 7.1.6.1 O funcionamento ocorrerá de segunda a sexta-feira até as 23h00;
- 7.1.6.2 Aos finais de semana, até as 00h00;
- 7.1.6.3 Para eventos especiais ou horários diferenciados, deverá ser solicitada autorização prévia e formal ao Município;

7.1.7 Uso de Som

- 7.1.7.1 Para os quiosques objeto da concessão será permitido exclusivamente som ambiente, sendo vedada a utilização de equipamentos que caracterizem evento musical ou entretenimento de grande porte sem autorização expressa do Município;

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1 Compete ao Município:

- 8.1.1 Arcar com tributos que incidam exclusivamente sobre a propriedade do imóvel;
- 8.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais;
- 8.1.3 Autorizar previamente a realização de obras e adaptações no imóvel, mediante análise técnica;
- 8.1.4 Definir o padrão visual das placas e da identificação da fachada;

8.1.5 Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1 As partes deverão cumprir a Lei 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação independentemente de declaração ou aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos e suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONCESSIONÁRIO.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O CONCESSIONÁRIO deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O CONCEDENTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONCESSIONÁRIO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O CONCESSIONÁRIO deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamento realizados, conforme art. 37 da LGPD, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 O MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ/PR realizará a fiscalização para averiguar o pleno cumprimento das cláusulas contratuais.

11.2 O imóvel, objeto do presente contrato, terá fiscalizações periódicas, em consonância com os normativos legais.

11.3 O CONCESSIONÁRIO que, diretamente ou indiretamente, por ação ou omissão, incorrer no descumprimento das obrigações previstas nas cláusulas deste contrato, será notificado pelo fiscal do contrato, que informará as sanções e penalidades legais, abrindo os prazos do devido processo legal, para a defesa.

11.4 Fica designado para gestor deste contrato o Sr(a) XXXXX, Portaria nº ----/20--, e para fiscal o Sr(a) XXXXX, Portaria nº ---/20----.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários par sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferecer vantagem.

13.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 A extinção da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações ne estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3 Indenizações e multas.

13.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme *Caput* do art 131 da Lei 14.133/2021.

13.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONCESSIONÁRIO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente de órgão ou entidade contratante

ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme disposto no art. 14, inc. IV, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INDENIZAÇÃO

14.1 Finda, a qualquer tempo a CONCESSÃO DE USO, seja pelo descumprimento às cláusulas contratuais, seja pelo término de sua vigência, deverá a CONCESSIONÁRIA restituir o imóvel em perfeitas condições de uso até 15 (quinze) dias corridos após o reconhecimento da notificação, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa ou judicial.

14.2 Após esse prazo a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

14.2.1 A multa será aplicada até o dia em que o imóvel seja efetivamente restituído ou retorne à condição perfeita de uso.

14.3 Em hipótese alguma caberá ao Município de Ivaiporã/PR indenizar ou remunerar a CONCESSIONÁRIA pela rescisão, anulação ou destrato do contrato firmado entre eles.

14.4 Na hipótese de descumprimento jurídico pelo CONCESSIONÁRIO da contrapartida, nas condições e os prazos estabelecidos, o instrumento jurídico da CONCESSÃO resolver-se-á sem direito à indenização pelas benfeitorias nem a qualquer outra indenização ao CONCESSIONÁRIO, e a posse do imóvel será imediatamente revertida para o Município de Ivaiporã/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, o contratado que:

- a. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos;
- c. Der causa à inexecução total do contrato;
- d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. Praticar ato lesivo previsto n art. 5º da Lei 12.846/2013.

15.1.1 Serão aplicadas ao CONCESSIONÁRIO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no art. 156, § 2º da Lei 14.133/2021.
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no art. 156, § 4º da Lei 14.133/2021.

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g”, e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no art. 156, § 5º da Lei 14.133/2021.

d) Multa

i. Moratória de 0,5% até o terceiro dia de atraso injustificado, sobre o valor do contrato licitado;

ii. Moratória de 0,2% para atraso entre o quarto e o trigésimo dias de atraso injustificado sobre o valor do contrato licitado por dia corrido de atraso;

iii. Moratória de 0,4% para atraso entre o trigésimo primeiro dia até o sexagésimo dia, inclusive, sobre o valor do contrato licitado, por dia corrido de atraso;

iv. O atraso superior a trinta dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe inciso I do art. 137 da Lei 14.133/2021.

v. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a”, “e”, “h” do subitem 15.1, de até 5% do valor do contrato.

vi. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “b” “c” “f” “g” do subitem 15.1, de até 10% do valor contratual.

vii. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de até 2% do valor contratual.

15.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONCEDENTE, conforme disposto no artigo 156, § 9º, da Lei 14.133/2021.

15.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no artigo 156, § 7º, da Lei 14.133/2021.

15.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do CONCESSIONÁRIO no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, conforme disposto no artigo 157 da Lei 14.133/2021.

15.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONCESSIONÁRIO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei 14.133/2021.

15.5 Na aplicação das sanções serão consideradas as hipóteses previstas no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021

a. A natureza e a gravidade da infração cometida;

b. As peculiaridades do caso concreto;

c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. Os danos que dela provierem para o CONCESSIONÁRIO; e

e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforma normas e orientações dos órgãos de controle.

15.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013,

serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos, conforme previsto no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

15.7 A personalidade jurídica do CONCESSIONÁRIO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada em abuso do direito de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou pra provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidas aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou á empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONCESSIONÁRIO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no artigo 160 da Lei 14.133/2021.

15.8 A CONCEDENTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados realitivos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) e Portal Transparência do Município de Ivaiporã/PR.

15.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação nos termos do artigo 163, da Lei 14.133/2021.

15.10 A dosimetria para aplicação de sanção administrativa por descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais será definida após do devido Processo Administrativo e está regulamentado pelo Decreto Municipal 14.249/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contias na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONCEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal Transparência do Município de Ivaiporã/PR na internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Ivaiporã/PR para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo Contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, § 1º, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROCESSO

19.1 São partes integrantes deste CONTRATO, como se nele estivessem transcritos os documentos que instruem o processo, inclusive o Termo de Referência.



E, por estarem assim ajustadas, firmam as partes o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de achadas conforme, na presença das testemunhas signatárias, assumem o compromisso e a obrigação de fielmente cumprir e respeitar o pactuado, por si, seus herdeiros e sucessores.

Ivaiporã, xx de xxxx de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ
LUIZ CARLOS GIL
CONCEDENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONCESSIONÁRIO

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fiscal do Contrato

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor do Contrato

ANEXO III

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da proponente.

DECLARAÇÃO DE VISITA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ.
Comissão Municipal de Licitação
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. ____/____

_____(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu responsável técnico o (a) Sr (a)_____, portador (a) da Carteira de Identidade nº_____, e do CPF nº_____, DECLARA, para efeito de participação no processo licitatório Edital de Concorrência Eletrônica nº ____/2025, da Prefeitura Municipal de Ivaiporã, que:

() **VISTORIOU** e conhece o local das obras referente ao edital mencionado, comprovando que a mesma está ciente das condições para a execução dos serviços propostos.

() **DISPENSA A VISITA TÉCNICA** aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante. **Neste caso, não será necessária a assinatura do representante do município.*

_____, ____ de ____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Assinatura do representante do Município

ANEXO IV

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA Nº ____/2026

Objeto: CONCESSÃO DE ESPAÇO(S) DENOMINADO(S) QUIOSQUE(S), NAS DEPENDÊNCIAS DA PRAÇA DO CAFÉ, NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, EM OBSERVÂNCIA A LEI MUNICIPAL 2.854/2016 E DECRETO 11.397/2016.

1 – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

() PESSOA FÍSICA () PESSOA JURÍDICA

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

Data da constituição: _____

CNPJ/MF: _____

Inscrição Estadual: _____

Inscrição Municipal: _____

Forma Jurídica: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ Fax _____

E-mail _____

Qual o imóvel pleiteado?

DESCRIÇÃO (Assinalar o ESPAÇO pleiteado pela proponente).		
<input type="checkbox"/>	Item	Descrição
<input type="checkbox"/>	01	QUIOSQUE nº 01 - em alvenaria, duplo. Localizado na Praça do Café. Com a finalidade de Cafeteria/Padaria – 20,76 m ²
<input type="checkbox"/>	02	QUIOSQUE nº 02 - em alvenaria, simples. Localizado na Praça do Café. Com a finalidade de Massas – 10,37 m ²
<input type="checkbox"/>	03	QUIOSQUE nº 03 - em alvenaria, simples. Localizado na Praça do Café. Com a finalidade de Bebidas/Chopp – 10,26 m ²
<input type="checkbox"/>	04	QUIOSQUE nº 04 - em alvenaria, simples. Localizado na Praça do Café. Com a finalidade de Espetinho/Churrasco Grego – 12,69 m ²

Composição do quadro social atual da empresa (para pessoa jurídica):

NOME	CPF	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL

Objeto social:

Já possui empreendimento comercial, ou prestador de serviço em? (Caso positivo - especificar):

Tem algum empreendimento em outra cidade?

Quais os ramos de atividade?

Citar as intenções em empreender o negócio proposto?

2 - IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE:

Produtos/Comercialização:

Matérias primas a serem utilizadas:

2.1 Viabilização dos Recursos

ITENS	VALOR (R\$)
Recurso Próprio	
Financiamento	
TOTAL:	

3. Número de novos empregos diretos a serem gerados pelo projeto (____), sendo (____) para jovens no primeiro emprego.

3.1. Benefícios concedidos ao empregado:

- () Vale-alimentação ou refeitório no local;
() Plano de saúde;

3.2. O(s) Produto(s) a serem oferecidos são:

- () Já produzidos e comercializados pela empresa/ou pessoa física
- () Novo(s) no município: não existe similar produzido em
- () Novo(s) para a empresa/ ou pessoa física, porém existe de igual qualidade em

3.3 - Com relação ao Meio Ambiente:

- () Projeto voltado ao Desenvolvimento Sustentável
- () Projeto sem risco ambiental
- () Projeto de médio risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle secundário
- () Projeto de médio risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle primário
- () Projeto com elevado risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle secundário
- () Projeto de elevado risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle primário

3.4 - Grau Tecnológico dos Produtos:

- () de base tecnológica (tecnologia de ponta);
- () agregação de novas tecnologias e qualificação;
- () sem agregação de tecnologia

3.5 - O projeto corresponde a:

- () Realocação de comércio já existente no município sem expansão;
- () Realocação de comércio do município com expansão;
- () Nova unidade produtiva;
- () Complemento de cadeia produtiva já existente no município;
- () Nova cadeia produtiva no município.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Local e data.....
(nome e assinatura)
Representante legal da empresa proponente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - PR

Estudo Técnico Preliminar 148/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1 - A referida licitação na modalidade de concorrência pública, à concessão de uso do espaço, será de suma importância para o município de Ivaiporã, devido ao grande número de pessoas que circulam pelo local, sendo moradores e turistas. A presente licitação será fundamental para fomentar o empreendedorismo, geração de empregos e renda para a população, assim como estimular o turismo local.

Os objetos do presente contrato para a CONCESSÃO DE ESPAÇO denominado:

Quiosque nº 01 – Duplo – Cafeteria/Padaria – 20,76 m² nas dependências da Praça do Café, no município de Ivaiporã, em dias de segunda a domingo, em observância a Lei Municipal n.º 2.844/2016 e Decreto n.º 11.407/2016.

Destinado à comercialização de produtos de cafeteria, panificação e confeitaria em geral.

Poderão ser comercializados: cafés, cappuccinos, chocolates, chás, salgados, croissants, pães, bolos, tortas, doces, sanduíches, lanches rápidos e produtos similares, além de água, refrigerantes e sucos.

Não será permitida a comercialização de bebidas alcoólicas, destiladas, cigarros, produtos de tabacaria, refeições completas tipo buffet, mercadorias alheias ao ramo alimentício ou quaisquer produtos considerados incompatíveis com a finalidade do espaço.

Quiosque nº 02 – Simples – Massas – 10,37 m²

Destinado exclusivamente à comercialização de massas e alimentos correlatos.

Poderão ser comercializados: pastéis, panquecas, macarrão, lasanhas, nhoques, pizzas em fatia, salgados assados, molhos e produtos similares relacionados ao segmento de massas e alimentação rápida, além de água, refrigerantes, sucos e vinho para acompanhamento das refeições.

Não será permitida a comercialização de churrascos, espetinhos, chopp, bebidas alcoólicas destiladas, cigarros, produtos de tabacaria, ou quaisquer itens não relacionados ao ramo alimentício previsto.

Quiosque nº 03 – Simples – Bebidas/Chopp – 10,26 m²

Destinado à comercialização de bebidas em geral, inclusive Chopp artesanal e industrializado.

Poderão ser comercializados: água, refrigerantes, sucos, energéticos, drinks sem álcool, cervejas, chopp, petiscos e porções diversas para acompanhamento.

Não será permitida a comercialização de bebidas alcoólicas destiladas, cigarros, produtos de tabacaria, refeições completas, espetinhos, carnes assadas, substâncias ilícitas ou quaisquer itens incompatíveis com a finalidade do quiosque.

Quiosque nº 04 – Simples – Espetinho/Churrasco Grego – 12,69 m²

Destinado à preparação e comercialização de espetinhos, churrasco grego e alimentos similares.

Poderão ser comercializados: espetinhos diversos, acompanhamentos, churrasco grego, carnes grelhadas, hambúrgueres artesanais, porções, além de água, refrigerantes, sucos e cerveja.

Não será permitida a comercialização de massas, produtos de cafeteria/padaria, bebidas destiladas, chopp, cigarros, produtos de tabacaria, mercadorias não alimentícias ou quaisquer produtos incompatíveis com a atividade autorizada.

Fica expressamente proibida, em todos os quiosques, a comercialização de bebidas alcoólicas destiladas, cigarros, produtos de tabacaria, substâncias ilícitas, produtos falsificados ou impróprios para consumo, bem como quaisquer mercadorias em desacordo com a finalidade específica de cada espaço concedido.

Todos os concessionários deverão observar rigorosamente as normas sanitárias, ambientais, de segurança, higiene e funcionamento estabelecidas pela legislação municipal vigente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Hélio Cardoso Lins

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 - A cessão ocorrerá de acordo com os seguintes critérios:

4.1.1. Poderão participar desta concorrência qualquer pessoa Física ou Jurídica capaz e idônea para licitar e contratar com a Administração Pública;

4.1.2. O imóvel cedido (espaço físico) destina-se a exploração de serviços **(de acordo com a tabela anexa do item 7)** ;

4.1.3. Serão considerados vencedores, os licitantes que apresentarem propostas com **MAIORES PONTUAÇÕES**;

4.1.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem entrelinhas, vícios e/ou rasuras;

4.1.5. Os vencedores do certame pagarão mensalmente o valor discriminado na tabela anexa no item 7., aos quais serão reajustados anualmente de acordo com IGPM – Índice de Preços do Mercado.

5. Levantamento de Mercado

5.1 - Exploração de serviço de Quiosque, fomentando o empreendedorismo, emprego e renda, fortalecendo a economia e o turismo local.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 - A solução como um todo visa a concessão de uso objetivando a continuidade de atendimento ao Programa Social de Geração de Emprego e renda do Município de Ivaiporã, instituído desde o ano de 2011.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 - A estimativa para o presente certame é a concessão de uso com encargos do seguinte imóvel:

Item	Quant.	Objeto	Local	Apresentação	Valor Mensal	Descrição do Objeto
01	01	Quiosque n.º 01	Praça do Café	Proposta Técnica	R\$ 1.200,00	Quiosque em alvenaria, duplo com a finalidade de Cafeteria/Padaria – 20,76 m², cabendo ao licitante, manter e divulgar o local para o desenvolvimento de suas atividades.
02	01	Quiosque n.º 02	Praça do Café	Proposta Técnica	R\$ 800,00	Quiosque em alvenaria, simples com a finalidade de venda de Massas – 10,37 m², cabendo ao licitante, manter e divulgar o local para o desenvolvimento de suas atividades.
03	01	Quiosque n.º 03	Praça do Café	Proposta Técnica	R\$ 800,00	Quiosque em alvenaria, simples com a finalidade de venda de Bebidas/Chopp – 10,26 m², cabendo ao licitante, manter e divulgar o local para o desenvolvimento de suas atividades.
04	01	Quiosque n.º 04	Praça do Café	Proposta Técnica	R\$ 800,00	Quiosque em alvenaria, simples com a finalidade de venda de Espetinho/Churrasco Grego – 12,69 m², cabendo ao licitante, manter e divulgar o local para o desenvolvimento de suas atividades.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.600,00

Item 01: referente ao **Quiosque N.º 01**, Duplo – **Cafeteria/Padaria** – 20,76 m²

Valor (R\$): **1.200,00** (um mil e duzentos reais) mensal

Item 02: referente ao **Quiosque N.º 02**, Quiosque em alvenaria, simples com a finalidade de venda de **Massas** – 10,37 m²

Valor (R\$): **800,00** (oitocentos reais) mensal

Item 03: referente ao **Quiosque N.º 03**, Quiosque em alvenaria, simples com a finalidade de venda de **Bebidas /Chopp** – 10,26 m²

Valor (R\$): **800,00** (oitocentos reais) mensal

Item 04: referente ao **Quiosque N.º 04**, Quiosque em alvenaria, simples com a finalidade de venda de **Espetinho /Churrasco Grego** – 12,69 m²

Valor (R\$): **800,00** (oitocentos reais) mensal

8.1 - O presente certame trata-se do Termo de Concessão de uso com encargos que será outorgado em até 90 dias após a publicação da homologação da presente licitação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 - Para o presente certame, não se aplica o parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 - Não existem contratações correlatas ou interdependentes para esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 - A contratação, objeto do presente estudo técnico preliminar, está alinhada no Plano Anual de Contratações 2026 deste Órgão Público.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 - Os benefícios das contratações serão referentes a geração de emprego e renda, fortalecendo a economia e o turismo do município.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 - RESPONSABILIDADES DO CONCESSIONÁRIO

O Concessionário será responsável integralmente pela exploração econômica do espaço público, assumindo os riscos ordinários da atividade. E são de responsabilidade exclusiva do Concessionário:

13.1.1 - Encargos Financeiros e Operacionais

1. Efetuar o pagamento mensal da outorga da concessão, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) ou instrumento equivalente definido pelo Município;
2. Arcar com todas as despesas operacionais decorrentes da atividade exercida no espaço concedido;
3. Custear integralmente as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, água potável, telefone, internet, seguros, tributos incidentes sobre a atividade econômica, taxas, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais;
4. Assumir integral responsabilidade pelas despesas com pessoal necessário ao funcionamento do estabelecimento, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade subsidiária ou solidária, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.2 - Conservação, Manutenção e Guarda

1. Manter o imóvel em perfeito estado de conservação, uso e funcionamento;
2. Executar, às suas expensas, a manutenção preventiva e corretiva do espaço concedido;
3. Reparar integralmente quaisquer danos causados ao imóvel, aos bens públicos ou a terceiros, decorrentes de sua atuação;
4. Garantir a vigilância, guarda e segurança do espaço concedido;
5. Realizar a adequada gestão dos resíduos sólidos produzidos, observando a legislação ambiental e sanitária vigente;
6. Restituir o imóvel ao término da vigência contratual em condições adequadas de uso, mediante comprovação da quitação de todas as obrigações financeiras vinculadas à atividade.

13.1.3 - Modificações no Imóvel

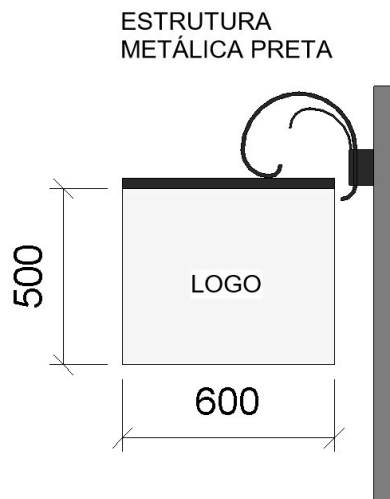
1. É vedada a realização de obras, ampliações ou modificações no imóvel sem autorização prévia e expressa do Município;
2. As benfeitorias realizadas com autorização formal incorporar-se-ão automaticamente ao patrimônio público, sem direito à indenização ou retenção, conforme disposto no Código Civil;
3. Todas as despesas decorrentes de adaptações autorizadas correrão exclusivamente por conta do Concessionário.

13.1.4 - Responsabilidade Civil

1. O Concessionário responderá civil e administrativamente por danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
2. Assumirá integral responsabilidade por acidentes ocorridos no espaço concedido, envolvendo usuários, empregados ou terceiros;
3. O Município não responderá, em nenhuma hipótese, por obrigações trabalhistas, fiscais, comerciais ou civis assumidas pelo Concessionário.

13.1.5 - Regras de Uso do Imóvel

1. Não transferir, sublocar, ceder, emprestar ou arrendar, total ou parcialmente, o imóvel objeto da concessão sem autorização prévia e expressa do Município;
2. Solicitar junto à Secretaria Municipal competente o modelo padrão das placas de identificação da fachada. Seguindo a descrição e o modelo abaixo: Placa em ferro com arabesco decorativa personalizado, com placa 60 x 50 cm, com a cor e a marca da empresa vencedora.



3. Manter o espaço devidamente estruturado e aparelhado para a prestação dos serviços;
4. Expor tabela de preços em local visível;
5. Garantir que os funcionários mantenham boa apresentação, higiene e controle de saúde;
6. Adquirir e armazenar alimentos de forma adequada, garantindo qualidade e segurança;
7. Cumprir a Resolução nº 216/2004 da ANVISA e demais normas sanitárias aplicáveis;
8. É vedada a venda, fornecimento ou entrega de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, conforme Lei nº 13.106/2015 (art. 243);
9. Não será permitida a venda de bebidas destiladas;
10. Não serão permitidos jogos de qualquer espécie.

13.1.6 – Horário de Funcionamento

1. O funcionamento ocorrerá de segunda a sexta-feira até as 23h00;
2. Aos finais de semana, até as 00h00;
3. Para eventos especiais ou horários diferenciados, deverá ser solicitada autorização prévia e formal ao Município.

13.1.7 – Uso de Som

1. Para os quiosques objeto da concessão será permitido exclusivamente som ambiente, sendo vedada a utilização de equipamentos que caracterizem evento musical ou entretenimento de grande porte sem autorização expressa do Município.

13.2 - RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

Compete ao Município:

1. Arcar com tributos que incidam exclusivamente sobre a propriedade do imóvel;
2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais;
3. Autorizar previamente a realização de obras e adaptações no imóvel, mediante análise técnica;
4. Definir o padrão visual das placas e da identificação da fachada;
5. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 - Os possíveis impactos ambientais são:

- Aumento do consumo de energia;
- Desperdício de água;
- Geração de resíduos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A concessão de uso dos quiosques localizados na Praça do Café, no Município de Ivaiporã, demonstra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e de interesse público.

Apresenta relevante interesse para a Administração Pública Municipal, considerando o potencial de fortalecimento da economia local, incentivo ao empreendedorismo, geração de emprego e renda, além da valorização turística e cultural do município.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELIO CARDOSO LINS

Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - PR

Termo de Referência 83/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
83/2026	987623-PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - PR	MICHELE VERONICA DOS REIS BITTENCOURT DE OLIVEIRA	14/05/2026 15:40 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		148/2026

1. Objeto

1.1. A concessão de uso de espaço físico para exploração de serviços de QUIOSQUE, nas dependências da Praça do Café, no município de Ivaiporã, em dias de Segunda a sábado, domingos, feriados, e outros dias que sejam realizados eventos.

Os espaços para concessão são:

Item	Quant.	Objeto	Local	Apresentação	Valor Mensal	Descrição do Objeto
01	01	Quiosque nº 01	Praça do Café	Proposta Técnica	R\$ 1.200,00	Quiosque em alvenaria, duplo com a finalidade de Cafeteria/Padaria – 20,76 m², cabendo ao licitante, manter e divulgar o local para o desenvolvimento de suas atividades.
02	01	Quiosque nº 02	Praça do Café	Proposta Técnica	R\$ 800,00	Quiosque em alvenaria, simples com a finalidade de Massas – 10,37 m², cabendo ao licitante, manter e divulgar o local para o desenvolvimento de suas atividades.
03	01	Quiosque n.º 03	Praça do Café	Proposta Técnica	R\$ 800,00	Quiosque em alvenaria, simples com a finalidade de venda de Bebidas/Chopp – 10,26 m², cabendo ao licitante, manter e divulgar o local para o desenvolvimento de suas atividades.
						Quiosque em alvenaria, simples com a finalidade de Espetinho

04	01	Quiosque nº 04	Praça do Café	Proposta Técnica	R\$ 800,00	/Churrasco Grego – 12,69 m², cabendo ao licitante, manter e divulgar o local para o desenvolvimento de suas atividades.
----	----	-----------------------	---------------	------------------	------------	--

1.2. O prazo de vigência da concessão de uso dos lotes supracitados são de 24 meses, podendo ser prorrogado por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3. O valor estimado para a concessão do uso e espaço estão referenciados na tabela anexa ao item 1.1.

2. Fundamentação da Contratação

2.1 - A concessão é o instrumento pelo qual a Administração Pública transfere ao particular a titularidade do bem público, por prazo determinado, para que este o explore ou utilize de acordo com as condições protegidas em contrato. Essa transferência deve ser precedida de licitação na modalidade de concorrência, exceto nos casos de interesse público devidamente justificados. O prazo máximo para a concessão é de 02 anos, prorrogável por igual período, mediante novo processo licitatório.

A presente licitação está fundamentada no inciso IV do Art. 2º da Lei 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Art. 2º IV - Concessão e permissão de uso de bens públicos;

2.2 - O processo licitatório ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

3. Modelo de Gestão de Contrato

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, Art. 117, caput);

3.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, VI);

3.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei no 14.133, de 2021, Art. 117, §1o, e Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, II);

3.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, III);

3.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, IV);

3.10.1. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, V).

3.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, VII);

3.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, II);

3.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art.23, IV);

3.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, IV);

3.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, III);

3.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, II);

3.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, VIII);

3.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, X);

3.19. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 22, VII);

3.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto n.º 11.246, de 2022, Art. 21, VI);

3.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos do contrato;

3.22. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução da contratação compreendendo toda prestação de serviços, objeto desta licitação;

DA FISCALIZAÇÃO

3.23. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas vigentes e com a fiscalização e acompanhamento da CONTRATANTE;

3.24. A CONTRATANTE designará um gestor do contrato para acompanhamento e fiscalização da sua execução, que registrará, em relatório, todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou vícios observados;

3.25. A CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá reclamar ou apontar qualquer incongruência e/ou vícios nos serviços executados pela CONTRATADA;

3.26. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor do contrato serão solicitadas à autoridade competente da CONTRATANTE para a adoção das medidas cabíveis;

3.27. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente pela CONTRATADA, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

3.28. A fiscalização da execução dos serviços deve gerar relatórios mensais que servirão de fator redutor dos valores das faturas mensais de prestação de serviços executados;

3.29. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela CONTRATANTE;

3.30. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

GESTOR DO CONTRATO:

Hélio Cardoso Lins

FISCAL DO CONTRATO:

Michele Verônica dos Reis

4. Condições Para Concessão

4.1. O Termo de Concessão de Uso do espaço com encargos será outorgado em até 90 dias após sua publicação da homologação da presente licitação.

5. Requisitos da Contratação

Sustentabilidade:

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

5.1.1. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica), água e papel.

Vistoria:

5.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário expediente;

5.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

5.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

5.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

5.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Descrição dos serviços por categorias, condições e requisitos estabelecidos:

5.7. Quiosque nº 01 – Duplo – Cafeteria/Padaria – 20,76 m²

Destinado à comercialização de produtos de cafeteria, panificação e confeitaria em geral.

Poderão ser comercializados: **cafés, cappuccinos, chocolates, chás, salgados, croissants, pães, bolos, tortas, doces, sanduíches, lanches rápidos e produtos similares, além de água, refrigerantes e sucos.**

Não será permitida a comercialização de bebidas alcoólicas, destiladas, cigarros, produtos de tabacaria, refeições completas tipo buffet, mercadorias alheias ao ramo alimentício ou quaisquer produtos considerados incompatíveis com a finalidade do espaço.

Com fundamento nos princípios do desenvolvimento sustentável e do interesse público, o concessionário deverá priorizar, sempre que possível, a utilização de produtos e insumos fornecidos por produtores, panificadoras e fornecedores da região, especialmente para pães, bolos, doces, cafés e demais itens correlatos, vedada qualquer exigência que configure restrição indevida à competitividade. **É expressamente proibida a venda de destilados.**

5.8. Quiosque nº 02 – Simples – Massas – 10,37 m²

Destinado exclusivamente à comercialização de massas e alimentos correlatos.

Poderão ser comercializados: **pastéis, panquecas, macarrão, lasanhas, nhoques, pizzas em fatia, salgados assados, molhos e produtos similares relacionados ao segmento de massas e alimentação rápida, além de água, refrigerantes, sucos e vinho para acompanhamento das refeições.**

Não será permitida a comercialização de churrascos, espetinhos, chopp, bebidas alcoólicas destiladas, cigarros, produtos de tabacaria, ou quaisquer itens não relacionados ao ramo alimentício previsto.

Sempre que viável, deverá ser observada a preferência por fornecedores regionais. **É expressamente proibida a venda de destilados.**

5.9. Quiosque nº 03 – Simples – Bebidas/Chopp – 10,26 m²

Destinado à comercialização de bebidas em geral, inclusive Chopp artesanal e industrializado.

Poderão ser comercializados: **água, refrigerantes, sucos, energéticos, drinks sem álcool, cervejas, chopp, petiscos e porções diversas para acompanhamento.**

Não será permitida refeições completas, espetinhos, carnes assadas, substâncias ilícitas ou quaisquer itens incompatíveis com a finalidade do quiosque.

Sempre que viável, o concessionário deverá priorizar a aquisição de produtos e insumos junto a fornecedores estabelecidos na região, como forma de incentivo ao desenvolvimento econômico local, sem prejuízo da ampla concorrência. **É expressamente proibida a venda de destilados.**

5.10. Quiosque nº 04 – Simples – Espetinho/Churrasco Grego – 12,69 m²

Destinado à preparação e comercialização de espetinhos, churrasco grego e alimentos similares.

Poderão ser comercializados: **espetinhos diversos, acompanhamentos, churrasco grego, carnes grelhadas, hambúrgueres artesanais, porções, além de água, refrigerantes, sucos e cerveja.**

Não será permitida a comercialização de massas, produtos de cafeteria/padaria, bebidas destiladas, chopp, cigarros, produtos de tabacaria, mercadorias não alimentícias ou quaisquer produtos incompatíveis com a atividade autorizada.

Sempre que viável, o concessionário deverá priorizar a aquisição de produtos e insumos junto a fornecedores estabelecidos na região, como forma de incentivo ao desenvolvimento econômico local, sem prejuízo da ampla concorrência. **É expressamente proibida a venda de destilados.**

5.11. Observação quanto à competitividade

A priorização de fornecedores regionais tem caráter **orientativo e incentivador**, não constituindo requisito eliminatório nem condição restritiva à participação no certame, em conformidade com os princípios da isonomia, competitividade e legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.12. Obrigações gerais do concessionário:

- **Cumprir a legislação sanitária, ambiental e de posturas municipais;**
- **Utilizar, preferencialmente, fornecedores da região, conforme previsto neste Termo;**
- **Manter o espaço limpo, organizado e em condições adequadas de funcionamento;**
- **Restringir-se aos produtos autorizados para sua categoria;**
- **Atender às normas de segurança, horários e demais orientações da Administração.**

6. Informações Gerais

6.1 - A concessão ocorrerá de acordo com os seguintes critérios:

- A fiscalização das atividades desenvolvidas pela licitante vencedora, assim como as exigências contratuais, será exercida pelo Município de Ivaiporã, através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo.
- A inabilitação da licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão de seu direito de participar das fases subsequentes;

- Não serão admitidas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições;
- Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento;
- Em caso de desistência da empresa vencedora da presente licitação, o Município, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá aplicar qualquer das sanções previstas pelo Art. 155 ao Art.163 da Lei n.º 14.133 /2021, sem prejuízo das previstas na Lei nº 1.940/2011, naquilo em que for aplicado;
- A participação no certame importará na aquiescência formal, tácita e incondicionada da empresa a todos os termos contidos nesta solicitação, seus respectivos anexos, bem como as normas legais vigentes;
- As despesas com consumo de energia elétrica, água potável e demais custos de manutenção do imóvel objeto do presente, será portada exclusivamente pela licitante vencedora, sem direito, em hipótese alguma a ressarcimento;
- Fica a licitante vencedora responsável pela limpeza da totalidade do terreno referente ao objeto do contrato, se comprometendo a manter a parte externa livre de entulhos e totalmente limpa;
- Em qualquer ocasião, antecedendo a data fixada para apresentação dos documentos, a Comissão de Licitações ou o Município de Ivaiporã, poderá, por sua iniciativa ou em consequência de respostas fornecidas a solicitações de esclarecimentos, modificar o edital, observando o disposto no § 1º, do Art.55 da Lei n.º 14.133 /2021, quando for o caso;
- Ficará eleito o Foro da Comarca de Ivaiporã - Estado do Paraná para dirimir eventuais litígios decorrentes da aplicação desta solicitação e dos atos supervenientes, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

7. Tabela de Pontuação

7.1 - DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

A avaliação da PROPOSTA TÉCNICA será traduzida pelo Índice Técnico, que levará em conta a pontuação obtida nos seguintes fatores:

TABELA DE PONTUAÇÃO

- P1 - Números de pessoas que trabalharão no espaço, cada pessoa valerá 02 (dois) pontos;
- P2 - Apresentação do Certificado de Conclusão do Curso de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos - 05 (cinco) pontos;
- P3 - Apresentação do Curso Básico de Combate e Prevenção a Incêndio - 05 (cinco) pontos;
- P4 - Participação como Pessoa Jurídica – 05 (cinco) pontos;
- P5 - Por benefício - 02 (dois) pontos.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	NÚMERO	PONTOS
P1	Pessoas que trabalharão no espaço		
P2	Curso de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos		
P3	Curso Básico de Combate a Prevenção de Incêndios		
P4	Pessoa Jurídica		
P5	Benefício		

- O Índice Técnico (IT) será calculado pela seguinte fórmula:

$$IT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5)$$

Apurado com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

- **Benefícios:**

Os benefícios podem ser exemplificados abaixo:

1. Vale-alimentação ou refeitório no local;
2. Plano de saúde.

- **Documentos necessários para comprovar os critérios de pontuação:**

1. Certificado de Conclusão do Curso de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos;
2. Certificado de Curso Básico de Combate e Prevenção de Incêndio;
3. CNPJ.

- Será **desclassificada** a PROPONENTE que não ofertar nenhum emprego.

MODELO DE PROPOSTA DE PROJETO TÉCNICO DA

EMPRESA/OBJETO DA LICITAÇÃO:

Seleção de propostas para utilização do imóvel _____ na localidade Praça do Café de propriedade do Município/PR, cujos incentivos estão descritos nas Leis Municipais n.º 1.940/2011. 2636 /2015. 2698/2015 e Lei 3.231 /2018.

1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCESSIONÁRIO:

() PESSOA FÍSICA () PESSOA JURÍDICA

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

Data da constituição: _____

CNPJ/MF: _____

Inscrição Estadual: _____

Inscrição Municipal: _____

Forma Jurídica: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Composição do quadro social atual da empresa (para pessoa jurídica):

NOME	CPF	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL

Objeto Social:

Já possui empreendimento comercial, ou prestador de serviço em? (Caso positivo - especificar)

Tem algum empreendimento em outra cidade?

Quais os ramos de atividade?

Citar as intenções em empreender o negócio proposto?

Qual o imóvel pleiteado? (Informar número do Lote, e descrição do imóvel)

Item n.º _____

Imóvel: _____

2 . IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE:

Produtos/Comercialização:

Matérias primas a serem utilizadas:

2.1. Viabilização dos Recursos

ITENS	VALOR (R\$)
Recurso Próprio	
Financiamento	
TOTAL:	

3 - Número de novos empregos diretos a serem gerados pelo projeto () sendo () para jovens no primeiro emprego.

3.1 - Benefícios concedidos ao empregado:

() Vale-alimentação ou refeitório no local

() Plano de Saúde

3.2 - O(s) Produto(s) a serem oferecidos são:

() Já produzidos e comercializados pela empresa/ou pessoa física

() Novo(s) no município: não existe similar produzido em

() Novo(s) para a empresa/ ou pessoa física, porém existe de igual qualidade em

3.3 - Com relação ao Meio Ambiente:

() Projeto voltado ao Desenvolvimento Sustentável

() Projeto sem risco ambiental

() Projeto de médio risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle secundário

() Projeto de médio risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle primário

() Projeto com elevado risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle secundário

() Projeto de elevado risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle primário

3.4 - Grau Tecnológico dos Produtos:

() de base tecnológica (tecnologia de ponta);

() agregação de novas tecnologias e qualificação;

() sem agregação de tecnologia

3.5 - O projeto corresponde a:

- () Realocação de comércio já existente no município sem expansão;
- () Realocação de comércio do município com expansão;
- () Nova unidade produtiva;
- () Complemento de cadeia produtiva já existente no município;
- () Nova cadeia produtiva no município.

4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Local e Data.....

(nome e assinatura)

Representante legal da proponente

8. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELIO CARDOSO LINS

Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

